



Revista
Portuguesa de
História
Militar

Ano V - n.º 9
Dezembro 2025



Revista Portuguesa de História Militar



Dossier:

Da Retirada Militar do Ultramar ao 25 de Novembro de 1975

DA RETIRADA MILITAR DO ULTRAMAR AO 25 DE NOVEMBRO DE 1975



Revista Portuguesa de História Militar
Ano V - n.º 9

Editor:
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:
Dr. Harold E. Raugh, Jr. – Presidente da Comissão Internacional de História Militar
João Vieira Borges – Presidente da CPHM
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha
Imagem de capa: Inácio Ludgero (FMSMB/Casa Comum)

IMPRESSÃO
Rainho & Neves - Artes Gráficas

Dezembro de 2025

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

Todos os direitos reservados

1975 – DE JULHO A NOVEMBRO, NA REGIÃO MILITAR DO NORTE

David Martelo

Resumo

O processo revolucionário, decorrente do golpe militar conduzido pelo Movimento das Forças Armadas, em 25 de Abril de 1974, localizou-se essencialmente na região de Lisboa. Foi na capital que se produziram as horas decisivas do movimento militar e foi nas suas ruas e avenidas que viriam a realizar-se as maiores manifestações de carácter político e sindical, proporcionadas pela readquirida Liberdade. No entanto, nas demais regiões do país, a participação popular na construção de um novo regime, de cariz democrático, foi igualmente significativa. No Verão de 1975, na sequência das eleições para a Assembleia Constituinte, desencadeou-se uma luta político-militar entre os partidários da consagração de um regime liberal, de tipo ocidental, e aqueles que apostavam numa revolução de inspiração socialista, que os primeiros temiam ir desembocar num regime de partido único. Quando a luta se extremou, foi verdadeiramente decisiva a acção dos militares da Região Militar do Norte, designadamente através do pronunciamento de 31 de Julho, que levaria à exoneração do brigadeiro Eurico Corvacho e à sua substituição pelo brigadeiro Pires Veloso. A sensação de segurança que Região Militar do Norte transmitiu para o poder central, em Lisboa, foi de tal modo impressiva que chegou a ser considerada como zona de refúgio dos órgãos de soberania, perante a incerteza que se vivia, contemporaneamente, na área da Grande Lisboa. O presente texto abrange, por conseguinte, os acontecimentos vividos, de Julho até final de Novembro, no âmbito da Região Militar do Norte, incluindo o movimento SUV, o caso CICAP-RASP e a sua articulação com a população local.

Palavras-Chave: 25 de Novembro; Corvacho; Documento dos Nove; Igreja Católica; Pires Veloso; Região Militar Norte.

Abstract

The revolutionary process, resulting from the military coup led by the Armed Forces Movement on April 25, 1974, was essentially concentrated in the Lisbon region. It was in the capital that the decisive hours of the military movement took place, and it was in its streets and avenues that the largest political and trade union demonstrations, made possible by the regained freedom, were held. However, in other regions of the country, popular participation in the construction of a new, democratic regime was equally significant. In the summer of 1975, following the elections for the Constituent Assembly, a political-military struggle broke out between those who favored the establishment of a liberal, Western-style regime and those who advocated for a socialist-inspired revolution, which the former feared would lead to a single-party regime. When the fighting intensified, the actions of the military in the Northern Military Region were truly decisive, notably through the pronouncement of July 31st, which led to the dismissal of Brigadier Eurico Corvacho and his replacement by Brigadier Pires Veloso. The sense of security that the Northern Military Region transmitted to the central power in Lisbon was so impressive that it came to be considered a refuge zone for the organs of sovereignty, given the uncertainty that existed contemporaneously in the Greater Lisbon area. This text therefore covers the events that took place from July until the end of November within the Northern Military Region, including the SUV movement, the CICAP-RASP case, and its interaction with the local population.

Keywords: November 25th; Corvacho; Document of the Nine; Catholic Church; Northern Military Region.

Antecedentes

Em 25 de Abril de 1975, conforme prometido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), realizam-se as eleições para a Assembleia Constituinte, votando 5.711.829 dos 6.231.372 (91,66%) inscritos. O Partido Socialista (PS) foi o mais votado (38%), seguido do Partido Popular Democrático (PPD)⁽¹⁾ (26,4%), Partido Comunista Português (12,5%), Centro Democrático Social (CDS) (7,6%), Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) (4%) e União Democrática Popular (UDP) (0,7%), todos com representação parlamentar. Habitados a um domínio avassalador da RUA, os partidos à esquerda do PS – PCP+MDP/CDE+UDP – ficavam a saber que não agregavam mais do que um pouco menos de um quinto das preferências dos portugueses. A população enviava uma mensagem de apego à democracia representativa, de difícil compatibilização com um processo revolucionário.

Os resultados do PCP foram prontamente avaliados no contexto

1. Trata-se do actual Partido Social Democrata (PSD).

revolucionário. Em entrevista ao diário *Capital*, de 30 de Abril, sendo-lhe perguntado se considerava os resultados obtidos pelo PCP como uma vitória ou como uma derrota, o secretário-geral Álvaro Cunhal responderia: «Nem uma vitória nem uma derrota. Num processo revolucionário, o voto não é a única nem a mais significativa expressão da força e da influência de um partido. Muito menos quando não existe ainda um regime democrático institucionalizado e estável e quando se vive um processo revolucionário com uma dinâmica não-eleitoral.» Mais adiante, Cunhal explicaria melhor o seu ponto de vista quanto à menor valorização do resultado das eleições: «A orientação política do PCP não é determinada por acontecimentos conjunturais. **As eleições não poderiam alterar e não alterarão o curso revolucionário** e os seus elementos fundamentais: arrumação e correlação das forças da classe, o sistema de alianças sociais, o papel dos trabalhadores e dos militares, a aliança Povo-MFA como força motora da revolução portuguesa.»⁽²⁾ No essencial, ficava definida a clivagem ideológica que se iria acentuar.

Um acto eleitoral, num país recentemente saído de uma ditadura de quase meio século, só muito dificilmente se coadunava com a lógica de um processo revolucionário. Naquela conjuntura, o resultado obtido transformou-se no melhor argumento de quantos pretendiam pôr fim à tentativa revolucionária. Desenvolvera-se uma NOVA LEGITIMIDADE.

Na 5.^a Divisão do EMGFA, dominada por militares simpatizantes com a via revolucionária de inspiração socialista (mais tarde designados por “gonçalvistas”, por serem apoiantes do primeiro-ministro Vasco Gonçalves), o resultado das eleições constituiu um contratempo que urgia superar. Assim, no Editorial do boletim *Movimento* n.º 17, de 6 de Maio, depois de se elogiar a forma como decorrera o acto eleitoral e de se congratular pela votação “de forma clara nas forças progressistas”, assinalava-se: «O que leva a duas conclusões também claras, traduzidas em termos de projecto político: há que desenvolver a disponibilidade popular para a participação política; há que avançar sem hesitações na procura de fórmulas avançadas capazes de fazerem a síntese entre o processo eleitoral e o processo revolucionário, na base do entendimento de que este comanda aquele e de que a nossa democracia socialista, se não é a aplicação mecânica de experiências socialistas de outros países, também não será uma adaptação dos esquemas da democracia burguesa.»

Vasco Gonçalves sentiu, também, que as escolhas dos portugueses não iam no sentido que seria mais desejável. Na reunião do Conselho da Revolução (CR) de 7 de Maio, consideraria que “o resultado eleitoral não foi favorável ao processo revolucionário”⁽³⁾.

O PS, como partido vencedor, não tardou a fazer valer o peso da sua

2. CUNHAL, Álvaro, *Obras Escolhidas V – 1974-1975*, p. 509. Sublinhado nosso.

3. Acta da reunião, p. 2-3 – Citado por CASTRO, R. Sousa, *Capitão de Abril*, *Capitão de Novembro*, p. 180.

votação, a que associava, como aliadas, as forças políticas à sua direita. Com o agravamento da luta partidária, iniciava-se a crise da revolução, não apenas com o traçar de uma linha de separação de águas entre o PS e as forças políticas à sua esquerda, como também com o agudizar das fracturas latentes no seio do próprio MFA e do CR. Os incidentes nas comemorações do 1.º de Maio e a eclosão do caso *República* foram os primeiros sinais de que estava na forja um impulso contra-revolucionário liderado pelo PS.

Em 10 de Julho de 1975, o PS abandona o IV Governo Provisório, invocando a circunstância de o jornal *República* ter voltado a publicar-se com a direcção designada pela comissão de trabalhadores. É o tiro de partida para o assumir não só de uma atitude de repúdio pela condução do processo revolucionário como também a determinação de utilizar as mesmas armas que, até aí, haviam sido a expressão de força dos partidos à sua esquerda: mobilizações de RUA e montagem de uma estratégia de RESISTÊNCIA. Esta iria constituir-se sob a forma de uma verdadeira aliança de todas as correntes políticas que apoiavam a instauração de um regime constitucional e se opunham à via revolucionária que, temiam, acabaria num regime de partido-único. Nesta aliança, viria a ter um papel importante o clero católico. Quanto às Forças Armadas, não tardou a constituir-se uma espécie de estado-maior clandestino, que seria encarregue de preparar eventuais acções de força, através de tomadas de posição em unidades onde os ‘moderados’ dispunham de mais peso, ou, caso fosse necessário, através do recurso a acções de clara índole militar.

Em 17 de Julho de 1975, surge uma nova entrevista de Cunhal ao jornal do PC Francês, *L'Humanité*, em que o entrevistador começou por colocar a seguinte questão:

As declarações do PCP segundo as quais não haverá “democracia burguesa de tipo ocidental em Portugal” deram matéria para diversas interpretações e para campanhas anticomunistas. O PCP é acusado de querer impor um esquema de democracia popular comparável aos que existem nos países de Leste. Qual é a posição real do PCP?

Ao que Álvaro Cunhal entendeu responder do seguinte modo:

«Quando dizemos que no nosso país não haverá uma democracia burguesa de tipo ocidental, não queremos dizer que não haverá liberdade. Queremos dizer que não haverá domínio dos monopólios capitalistas e dos grandes latifundiários. [...]»

Insatisfeito com a pouca clareza da resposta, difícil de compreender pelos franceses, mesmo que comunistas, o entrevistador voltaria à carga, perguntando ao líder do PCP:

Por que razões específicas – políticas, económicas, sociais e outras – acha o PCP que é impraticável um sistema de “democracia burguesa”?

«De facto, consideramos impraticável em Portugal um sistema de democracia burguesa. Nas nossas condições não podemos ter simultaneamente (como é o caso dos países capitalistas da Europa) as liberdades e o domínio dos monopólios. O que nós rejeitamos das democracias burguesas não é a liberdade, mas o domínio monopolista. [...]»⁽⁴⁾.

Julho de 1975 na RMN

As declarações de Cunhal alimentavam, perfeitamente, a campanha anticomunista que se ia fortalecendo por todo o país, muito especialmente na metade Norte de Portugal. Na cidade do Porto, em 17 de Julho, o PPD leva a efeito uma manifestação na Praça Velasquez (posteriormente rebaptizada como Praça Francisco Sá Carneiro), durante a qual intervêm diversos oradores, focados no momento de confrontação ideológica então em curso. Ao mesmo tempo que se desenrolava no Porto o comício do PPD, tinha lugar em Braga uma manifestação do PS. Nessa ocasião, dizia Mário Soares: «Não somos anticomunistas, somos marxistas e temos as melhores relações com os partidos comunistas de Espanha e de Itália. O que não podemos é transigir com a sede de poder do Partido Comunista Português, que criou em Portugal, num só ano, mais ódios a si próprio do que durante 48 anos de fascismo, por não ter respeitado as regras democráticas.»⁽⁵⁾

O dia seguinte, 18 de Julho, ia ser um dia recheado de acontecimentos. Na cidade do Porto, realizar-se-ia uma manifestação dita “unitária e apartidária”, que se concentrou na Praça Humberto Delgado e iria terminar em frente ao Quartel-General da Região Militar do Norte (QG/RMN). Como palavras de ordem, ouviram-se os manifestantes pugnar, entre outras, “pelo direito ao trabalho, pelo direito à habitação”, “dissolução imediata da Assembleia Constituinte”, “por um governo apartidário e revolucionário dos trabalhadores” e “unidade dos trabalhadores com os progressistas do MFA”. Digna de realce era o pedido de dissolução da Assembleia Constituinte, sem que fosse imediatamente evidente que se tratava de uma exigência de um determinado partido. Quando a manifestação chegou junto do QG/RMN, já depois das 21 horas, o comandante da Região, brigadeiro Eurico Corvacho, veio à porta-de-armas falar com os manifestantes, declarando: «Amigos, camaradas, revolucionários. É com imenso agrado que, em meu nome pessoal e **em nome de todos os soldados, sargentos e oficiais da Região Militar do Norte**, vos agradeço esta grandiosa manifestação, sobretudo porque se trata de uma manifestação unitária e apartidária de trabalhadores interessados na participação na revolução socialista. O avanço do nosso processo revolucionário tem levado a desencadear

4. CUNHAL, Álvaro, Obras Escolhidas V – 1974-1975, pp. 581-582.

5. Diário de Lisboa, 18-07-1975, p. 20.

contra nós forças reaccionárias que, a soldo do imperialismo, executam as manobras necessárias para a paragem da nossa revolução e, se possível, para o seu retrocesso. De facto, a única maneira eficaz que temos de combater as forças reaccionárias está na unidade de todos os trabalhadores interessados na revolução socialista, unidos com os soldados, sargentos e oficiais progressistas, igualmente interessados na mesma revolução socialista.»⁽⁶⁾ Corvacho – que era apoiante da facção ‘gonçalvista’ – não tinha, porém, entre os seus subordinados, a quantidade de militares que designava por ‘progressistas’ de que necessitaria para pôr em prática este programa, como a seguir se verá.

O pronunciamento na Região Militar do Norte – 1.ª fase

Para essa mesma noite de 18 de Julho de 1975, o PS tinha programado um comício no Estádio das Antas. Na tarde da véspera desse dia, numa reunião levada a efeito no QG/RMN, alguns comandantes de unidades da guarnição do Porto manifestaram a intenção de entregar o comando no caso de haver ordem para ir colaborar nas barricadas que, entretanto, haviam sido convocadas pelo PCP e Intersindical, com o objectivo de impedir a entrada no Porto de simpatizantes do PS. Nesta reunião, não estava presente o brigadeiro Corvacho, que só chegaria ao Porto, procedente de Lisboa, ao início da noite. Nessa altura, houve uma segunda reunião, já com a presença do comandante da Região, na qual ficou assente que as forças militares só sairiam dos quartéis em caso de grave alteração da ordem pública.⁽⁷⁾

No dia seguinte, pelas 18 horas, começaram a chegar ao QG as primeiras notícias sobre as barricadas, as quais não só revelavam ser reduzido o seu número, como, a breve trecho, começou a ser referido que, com facilidade, os simpatizantes do PS tinham logrado destruir os poucos obstáculos encontrados. Depois, sem qualquer oposição, dirigiram-se, em elevado número, para o Estádio das Antas. Politicamente, estes acontecimentos revelavam, da parte do PCP e da Intersindical, uma fraqueza que poucos se atreveriam a antecipar, acabando por funcionar como forte estímulo para as forças que se lhe opunham.

Já em modo abertamente contra-revolucionário – ou seja, revolucionariamente “contra” –, o conselheiro capitão Vasco Lourenço, oficial de infantaria, tendo a percepção de que o sentir da maioria dos ‘infantes’ se opunha às ideias de Vasco Gonçalves, convocou para a Escola Prática de Infantaria (EPI), em Mafra, uma reunião de delegados das unidades da Arma, a qual ali teve lugar, em 23 de Julho. Tratando-se de uma reunião sem cobertura legal, o simples facto de as unidades terem enviado os seus representantes era já um claro indício da predisposição dos oficiais de infantaria. No final da reunião, os oficiais presentes aprovaram por larga maioria um texto no qual exigiam: a dissolução da 5.ª Divisão do

6. Diário de Lisboa, 19-07-1975, p. 5. Sublinhado nosso.

7. O autor prestava serviço no QG/RMN, sendo testemunha da maioria dos factos seguidamente relatados.

EMGFA; uma remodelação na constituição da Assembleia do MFA, de modo que o número de delegados respeitasse proporcionalmente a dimensão dos 3 Ramos das Forças Armadas; que a Assembleia do MFA fosse considerada unicamente com órgão consultivo; que as votações nas assembleias militares passassem a ser por voto secreto; e, por fim, declaravam “não ver inconveniente na substituição de Vasco Gonçalves como primeiro-ministro”.

Na RMN, o efeito desta inversão de tendência foi imediato. Sentindo o decréscimo de confiança com que era visto pelos seus subordinados, o brigadeiro Corvacho convocou, para 29 de Julho, uma reunião alargada, na qual se preparava para fazer uma autocrítica relativamente ao seu desempenho como comandante. No entanto, já depois de convocada a referida assembleia de oficiais, Corvacho foi chamado a Lisboa, para uma reunião do CR, motivando o adiamento da mesma para 31 de Julho. Este adiamento proporcionou a realização de uma reunião de oficiais, à margem da estrutura militar, a qual teve lugar fora do Porto. Tratava-se, claramente, de uma reunião preparatória daquela que iria ocorrer, no dia 31, no QG/RMN.

A reunião, realizada no Salão Nobre do QG, com a participação de um elevado número de oficiais, iniciou-se cerca das 21 horas. Corvacho abriu a sessão com uma informação de carácter geral, e, estando a falar havia cerca de 10 minutos, foi interrompido pelo capitão Ramos Rocha, que, visivelmente emocionado, lhe pediu para dar atenção a um assunto “mais importante”, que lhe seria apresentado pelo oficial mais antigo ali presente, coronel Gonçalves Soares, comandante do Regimento de Infantaria de Braga. O assunto em causa era uma moção, que estava já aprovada pela grande maioria dos presentes – na tal reunião realizada na véspera –, e que manifestava o seu apoio à moção de 5 pontos aprovada na reunião realizada, a 23 de Julho, na EPI, na qual, entre outras questões, se avançara com a conveniência (ou não inconveniência) da substituição do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Claramente mandatado como porta-voz do grupo de oficiais moderados, o coronel Soares perguntou, então, ao brigadeiro Corvacho se ele estava disposto a ser portador daquela moção ao Presidente da República e ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME). Corvacho, perante esta pergunta, não respondeu imediatamente. Pediu um certo número de esclarecimentos, o que originou a intervenção de vários oficiais, que expuseram os seus pontos de vista, sendo especialmente censurada a postura do comandante da Região por este nunca usar da palavra nas Assembleias de Delegados do Exército e na Assembleia do MFA. Daí resultaria, segundo alguns oficiais, que a opinião da RMN não era exposta, de modo formal, ficando o poder central no desconhecimento do pensamento dos militares do Norte. Já bem na madrugada de 1 de Agosto, o brigadeiro Corvacho acabaria por concordar em deslocar-se a Lisboa para entregar a moção.

Réplicas do “sismo” do Porto

Este verdadeiro pronunciamento de um elevado número de oficiais da RMN abalou profundamente a capacidade de Corvacho para exercer o seu comando. Em Lisboa, os elementos da tendência mais moderada do CR perceberam que os acontecimentos do Porto representavam um acto de resistência que convinha ser imediatamente secundado. Ocorre, assim, a 7 de Agosto, a entrega ao Presidente da República do depois designado *Documento dos Nove* – por ter tido como primeiros signatários 9 membros do Conselho da Revolução, entre os quais se contava o major Melo Antunes⁽⁸⁾ –, o qual constituiu o passo seguinte para inverter o rumo da revolução. Nesse documento, depois de várias considerações de carácter político, económico e social, resumiam-se, assim, os fundamentos da rotura que se anunciava: «O MFA, que inicialmente se havia afirmado como suprapartidário, viu-se cada vez mais enleado nas manipulações politigueiras de partidos e organizações de massas, acabando por se ver comprometido com determinado projecto político que não correspondia nem à sua vocação inicial nem ao papel que dele esperava a maioria da população do país...»

A alusão a um “determinado projecto político” era, naturalmente, uma forma eufemística de apontar o dedo ao PCP. Na parte final do documento, os subscritores manifestavam o desejo de mudança, em termos que consubstanciavam o sentir da maioria do povo português e que lhes garantiriam o alargado apoio que se seguiria, por parte das forças políticas à direita do PCP e de outros partidos da esquerda revolucionária: «É necessário denunciar vigorosamente o espírito fascista subjacente ao projecto que, dizendo-se socialista, acabará na prática numa ditadura burocrática dirigida contra a massa uniforme e inerte dos cidadãos dum país.»

No essencial, a recuperação da confiança dos portugueses passava, por conseguinte, pelo afastamento de Vasco Gonçalves e do vanguardismo que colidia com o princípio da **vontade da maioria**.

No dia seguinte, 8 de Agosto, o comandante-adjunto do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho, ainda veio ao QG/RMN, a convite do brigadeiro Corvacho, para uma reunião alargada com os delegados do MFA e representantes das Unidades. Corvacho esperaria obter dessa visita algum apoio para a sua posição. Na realidade, porém, as palavras proferidas por Otelo, dando a entender que Corvacho sempre costumava dizer-lhe que, na RMN, a coesão era um dado adquirido, apenas serviram para reforçar a ideia de que o pensamento político dominante na oficialidade da RMN não era transmitido correctamente no seio do CR. Interrompido pelo impacto da publicação do *Documento dos Nove*, o pronunciamento dos oficiais da RMN iria prosseguir volvidos alguns dias.

8. Os 9 oficiais signatários do documento foram: Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro, Vítor Alves, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves e Vítor Crespo.

Braga – 10 de Agosto – Manifestação de apoio à Igreja Católica

Estava reservada à arquidiocese de Braga um papel de peso nos acontecimentos políticos seguintes. Em 10 de Agosto, um domingo, foi organizada uma grande manifestação, que se concentraria, pelas 17 horas, no topo da Rua D. Diogo de Sousa, dali seguindo para a Sé, onde era aguardada pelo arcebispo D. Francisco Maria da Silva, pelo bispo auxiliar e diversos dignatários da arquidiocese. Depois de terem falado alguns dos organizadores da manifestação, D. Francisco tomou a palavra, afirmando:

«Há vinte séculos tremula em toda a metrópole de Braga e em toda a Europa a bandeira de Cristo, que é a sua cruz [...] depois de tantos ultrajes, decidimos assumir, colectivamente, as nossas responsabilidades. Estamos aqui para mostrar publicamente, inequivocamente, o que queremos e o que rejeitamos. [...] Queremos autoridades mandatadas pelo povo como seus representantes. Queremos liberdade de ensino. Queremos moralidade pública e respeito pelos valores morais. Queremos amor, paz e solidariedade. [...] Está em jogo, sim, única e simplesmente, a liberdade da nossa Pátria, a prática da religião, os direitos fundamentais da pessoa humana.»⁽⁹⁾

O que se seguiu a estas palavras de amor e paz foi bastante diferente. Pouco tempo depois de a manifestação ter terminado, um pequeno grupo de participantes deslocou-se à Praça Conde Agrolongo, onde se encontrava a sede do PCP local, começando a insultar os elementos do partido que se encontravam à varanda. O incidente evoluiria rapidamente para uma confrontação violenta, que incluiria tiros de caçadeira disparados do interior da sede do PCP. Cerca da meia-noite, chegaria ao local uma força militar que conseguiria, duas horas depois, dispersar a multidão que, entretanto, acorrera ao local e pôr termo ao confronto.

Numa entrevista recentemente publicada⁽¹⁰⁾, o coronel Sanches Osório recordou este episódio e o Movimento Maria da Fonte, acrescentando as seguintes notas: «A Maria da Fonte funcionava com o apoio dos párocos que estavam connosco nas várias paróquias de norte a sul, ao toque dos sinos das igrejas», descreve: «Para isso, foi posta à nossa disposição pelo senhor arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva, o celeberrimo cônego Melo, em Braga, e o cônego Sarmento, em Vila Real. O apoio que nos davam era essencialmente logístico, de levantar as massas e nos dar abrigo.» E, mais adiante: «O funcionamento da organização da manifestação [de Braga] foi pôr uma cidadã a dar um tiro com uma pistolinha que tinha na mala e, depois, vários outros espalhados taticamente entre a multidão de manifestantes, que gritavam: ‘Olha o PC, olha o PC.’ Transformámos os manifestantes em atacantes...»

9. Diário de Lisboa, 11-08-1975, pp. 1 e 7.

10. Verão Quente de 1975: um país a ferro e fogo, Público, 03-08-2025.

Na área da RMN, as acções de violência política, executadas por organizações clandestinas de cariz anticomunista – ELP e MDLP –, foram-se intensificando, sob a forma de assaltos a sedes de partidos e rebentamento de explosivos. Prolongar-se-iam para lá de 25 de Novembro, causando diversos mortos civis e destruição de habitações e veículos.

Rebelião militar a Norte – 2.ª fase

A divulgação do *Documento dos Nove* propiciaria novos desenvolvimentos nas unidades militares do Norte. A 12 de Agosto, realiza-se em todas as unidades da RMN um debate, seguido de votação por escrutínio secreto, do polémico documento. Cerca de dois terços dos militares (oficiais, sargentos e praças) deram-lhe o seu apoio. Do restante terço, metade foram contados como votos contra e a outra metade como abstenções. O desfecho desta votação proporcionava outra conclusão: os resultados, obtidos por voto secreto e não por ‘braço no ar’, revelavam uma inclinação política menos revolucionária do que era habitual nas assembleias da RMN e eram muito semelhantes aos resultados das eleições de Abril, para a Assembleia Constituinte.

O passo seguinte teria lugar a 18 de Agosto, uma segunda-feira. Pelas 23 horas, o chefe do estado-maior (CEM) da RMN, tenente-coronel Tomás Ferreira, convoca uma reunião de oficiais do QP do Quartel-General. Nessa reunião, o CEM dá conta de que, sem qualquer ordem da Região, a maior parte das unidades havia passado ao estado de ‘Prevenção’. Desconhecia as razões de tão estranha atitude e mais não podia do que adiantar algumas conjecturas. É então que um dos oficiais presentes, o major Rodrigo Moreira de Campos, declara não haver motivo para preocupações especiais, pois o que se passava era o seguinte: no dia anterior, um domingo, tinha havido uma reunião de oficiais da RMN, à revelia da hierarquia em vigor, na qual ficara decidido pedir ao general CEME a substituição do comandante da Região. Para esse efeito, deslocaram-se a Lisboa alguns oficiais, que, depois de apresentarem o caso ao general Fabião, o informaram de que, na ausência de qualquer resposta positiva, até às 19 horas de 18 de Agosto, entrariam na situação de ‘Prevenção’. Iniciava-se aqui, por conseguinte, o processo de destituição do brigadeiro Corvacho.

A 19 de Agosto, Corvacho solicita uma averiguação ao seu comando e é substituído interinamente pelo brigadeiro Agostinho Ferreira. Entretanto, em 20, a Direcção da Organização Regional do Norte do PCP, ciente de quanto a situação na RMN poderia pesar na mudança da ‘correlação de forças’, explicaria, em comunicado, a razão pela qual adiara um comício que estava previsto para o Pavilhão dos Desportos, no Porto: «A situação militar na Região Militar do Norte é factor de agravamento da complexidade, da ambiguidade e da instabilidade da situação política geral. A exigência de certos sectores militares, da demissão forçada do brigadeiro Corvacho – um dos mais destacados homens entre os que

construíram o MFA, prepararam e fizeram o 25 de Abril – gera uma situação indefinida e particularmente grave em todo o Norte. [...] A realização de um comício do PCP no Porto, nestas condições, poderia não ajudar à clarificação da situação, e poderia, sobretudo, abrir o campo a uma monstruosa provocação por parte das forças político-militares mais reacţionárias.»⁽¹¹⁾

Em 25 de Agosto, reúne-se de novo o CR. No final da reunião, é emitido um comunicado, no qual se determina que «o brigadeiro Corvacho, terminadas as averiguações que solicitara, reassuma o comando da Região Militar do Norte no dia 27 de Agosto.»⁽¹²⁾ Tratava-se, porém, de uma decisão com reduzidas hipóteses de sucesso. O PS organiza mesmo uma manifestação, no Porto, em 27, na qual se ouvem palavras de ordem contra o regresso de Corvacho ao comando da RMN.

Em contrapartida, na tarde de 29 de Agosto, tem lugar no Porto uma manifestação dos partidos de esquerda, na qual se expressa um claro apoio a Corvacho. Este, da varanda do QG, dirige-se aos presentes nos seguintes termos: «Amigos, companheiros, revolucionários: agradeço a vossa presença aqui, porque ela significa que estais dispostos a continuar a trilhar o caminho árduo que nos há-de levar ao socialismo e ao fim da exploração do homem pelo homem. O momento político que o país atravessa é muito delicado e cheio de contradições, mas isto não nos deve assustar, porque significa que já há muitos avanços dentro da linha revolucionária que terminará no socialismo. É urgente que o povo português perceba a complexidade da revolução socialista e que só unidos nas suas organizações unitárias de base e com as comissões de trabalhadores e comissões de aldeia, será capaz de enfrentar o inimigo principal que ainda é o fascismo. Só assim criarão o poder capaz de sustentar o avanço fascista, defendendo as conquistas já alcançadas e criando condições para que se avance verdadeiramente para o socialismo.»⁽¹³⁾

O discurso de Corvacho estava, assim, em perfeita sintonia com a ideia de revolução sustentada por Vasco Gonçalves, pela 5.^a Divisão e por partidos políticos como o PCP e o MDP/CDE. Mas a maioria dos militares da RMN estava longe de partilhar e/ou perceber “a complexidade da revolução socialista” de que falava o brigadeiro. A ideia de descrever a revolução portuguesa com as cores de uma “via original” estava a falhar completamente, não só porque o discurso se assemelhava muito às doutrinas conhecidas do socialismo real, como também ninguém ousava apontar o exemplo de um país onde uma tal revolução triunfara sem o recurso a um regime de partido único. Assim, as posições foram-se radicalizando. Em 29 (ou 30) de Agosto, várias unidades da RMN, não tendo visto satisfeitas as suas reivindicações no tocante à designação de um novo comandante, decidem colocar-se sob o comando da Região Militar

11. Diário de Lisboa, 20-08-1975, p. 8.

12. Diário de Lisboa, 26-08-1975, p. 1.

13. Diário de Lisboa, 30-08-1975, pp. 1 e 4.

do Centro e do brigadeiro Charais, um dos subscritores do *Documento dos Nove*.

Em 30 de Agosto, após mais uma reunião do Directório, do CR e dos Chefes de Estado-Maior dos 3 Ramos, a Presidência da República emitia um comunicado, no qual anunciava a demissão de Vasco Gonçalves, a sua substituição pelo almirante Pinheiro de Azevedo e uma próxima reestruturação do CR na Assembleia do MFA de 5 de Setembro. A ‘correlação de forças’ determinara a queda do general Vasco Gonçalves. A posterior constituição do VI Governo Provisório iria colocar a revolução na oposição e proporcionar dois meses e meio de uma ‘insurreição contida’, que só viria a extinguir-se em 25 de Novembro de 1975.

Em 2 de Setembro, reúne-se em Tancos, na Escola Prática de Engenharia, a Assembleia de Delegados do Exército, na qual foi manifestada a oposição à nomeação do general Vasco Gonçalves para CEMGFA e a exigência de uma recomposição no CR e na atribuição de lugares na Assembleia do MFA. Ficaria igualmente decidido que os delegados do Exército não compareceriam na Assembleia do MFA marcada para 5 de Setembro, sendo a sua representação atribuída ao CEME, general Fabião. Como a Força Aérea decidira que só compareceria no caso de estarem presentes os 3 Ramos, a Assembleia de 5 de Setembro realizar-se-ia com a presença dos delegados da Marinha, os CEM dos outros dois Ramos e os elementos do CR em exercício de funções.

Terminada a reunião, ficava a saber-se, pelo comunicado então emitido, que havia sido aprovada uma recomposição do CR. O brigadeiro Corvacho não fora incluído nessa recomposição, pelo que deixaria de comandar a RMN. Para o seu lugar seria designado o tenente-coronel Pires Veloso, ex-Alto Comissário para a descolonização de S. Tomé e Príncipe, que, tal como o seu antecessor, foi graduado em brigadeiro, assumindo funções em 12 de Setembro. Desde o início do seu comando, Pires Veloso apoiou-se nos militares cuja acção havia conduzido à exoneração do brigadeiro Corvacho. Mas, até 25 de Novembro, a própria RMN seria palco de diversas confrontações entre as duas “alianças” que se iam constituindo, após as roturas do ‘Verão Quente’ de 1975.

A revolução passa à oposição – os SUV

Dizer que a Revolução terminou na assembleia de Tancos parece precipitado, embora tenha sido ali que foi travada a última grande batalha política no interior do MFA. O período que se segue, até 25 de Novembro, não podendo, na nossa opinião, ser considerado revolucionário, foi, porém, um tempo de luta e de intensa oposição ao rumo que o governo de Pinheiro de Azevedo pretendia imprimir ao que faltava cumprir do período de transição.

Logo a 8 de Setembro, surgia na imprensa a notícia da organização de uma manifestação, que teria lugar no Porto, dois dias depois, e na qual participariam

soldados, sargentos e oficiais revolucionários, unidos sob a sigla SUV – ‘Soldados Unidos Vencerão’. Segundo noticiava o *Diário de Lisboa*, «a luta que esta organização pretende levar a efeito nos quartéis visando desmascarar todos os militares fascistas e reaccionários, e lutar até às últimas consequências pela Revolução, poderá ter efeitos decisivos».⁽¹⁴⁾ A manifestação viria a concretizar-se na data prevista, reunindo dezenas de milhares de pessoas, entre as quais um grande bloco de militares uniformizados, sendo ouvidas palavras de ordem como “soldados, sempre, sempre ao lado do povo”, “reaccionários fora dos quartéis”, “abaixo o pré de miséria” e “transportes gratuitos já!”, entre outras.

Contra o que era habitual, o PCP viria também a dar o seu contributo para o assédio externo ao Exército, não se coibindo de comentar publicamente a mudança de comando na RMN. Na verdade, em 26 de Setembro, falando num comício no Pavilhão dos Desportos, na cidade do Porto, afirmaria Álvaro Cunhal: «Oficiais conservadores que se rebelam contra o seu comandante da Região porque este é progressista, que conspiram e se movimentam para o seu saneamento, deixam de ter autoridade para exigir dos seus soldados que se não rebelem por sua vez e que, por sua vez, não exijam o saneamento dos próprios comandos.»⁽¹⁵⁾

Embora a onda revolucionária se tivesse alheado dessa hipótese, era, desde o dia da Libertação, muito provável que a transição para a normalidade constitucional obedecesse ao fundamento da superioridade dos votos. Todavia, se assim não fosse, haveria que contar com a superioridades das armas. Neste Outono de 1975, era bastante evidente que se esgotara o tempo das negociações, que não era possível conciliar o inconciliável e que, por conseguinte, o remate da tentativa revolucionária ficaria a dever-se à vontade da força militar dominante.

A substituição do brigadeiro Eurico Corvacho no comando da RMN fora entendida, nos sectores revolucionários, como uma perda significativa. Da actuação do brigadeiro Pires Veloso, não tardou a perceber-se que se situava no campo político do *Grupo dos Nove* e de que tudo faria para constituir na RMN uma força operacional disciplinada, que colocaria ao serviço da prova de força que se preparava.

Em 3 de Outubro, sai na imprensa o primeiro indício do que viria a ser uma grande convulsão na guarnição militar do Porto/Gaia: «Os alferes milicianos José Afonso e Vilhena Pereira receberam ordem do QG, por intermédio do comandante do CICAP⁽¹⁶⁾, para se apresentarem no Tribunal Militar do Porto, a fim de lá exercerem funções como licenciados em Direito. A medida foi impedida de ser consumada pelos soldados, em plenário, em que estavam presentes cerca de 70 por cento dos efectivos da unidade, por acharem que era

14. *Diário de Lisboa*, 08-09-1975, p. 20.

15. CUNHAL, Álvaro, *Obras Escolhidas V – 1974-1975*, pp. 675-676.

16. Centro de Instrução de Condução-Auto do Porto.

um saneamento político daqueles dois oficiais progressistas, sem invocação de quaisquer motivos.»⁽¹⁷⁾

Impedida a transferência, na parte da manhã desse dia 3 de Outubro, uma sexta-feira, a unidade foi de fim-de-semana, ficando no quartel apenas o pessoal de serviço. Perante a resistência encontrada na execução da ordem – que, além dos dois oficiais, incluía igualmente a transferência de quatro praças –, o comando da RMN difundiria, no dia seguinte (sábado, dia 4 de Outubro), um longo comunicado, no qual, depois de fazer uma pormenorizada descrição dos acontecimentos no interior do CICAP, passava a anunciar as medidas tomadas para enfrentar o referido foco de indisciplina: «Face a esta atitude colectiva de insubordinação (muito embora se saiba que a votação de braço no ar, utilizada na reunião, originou tomadas de posição por coacção), o comando da Região Militar do Norte determinou: – O imediato encerramento da unidade, que será reestruturada oportunamente. Que todo o pessoal do quadro permanente (oficiais, sargentos e praças readmitidas) seja, a partir desta data, considerado apresentado no Quartel-General da Região. – A passagem à situação de licença registada de todo o restante pessoal. – Prever o possível aproveitamento das instalações do CICA para um estabelecimento de ensino, permitindo, desse modo, a concretização de uma tarefa revolucionária de valorização do povo, que, neste momento, o CICA não está em condições de realizar.»⁽¹⁸⁾

Seguidamente, como já decorria o fim-de-semana, com a maior parte do pessoal ausente do quartel, o comunicado da RMN dava instruções aos militares milicianos para se absterem de regressar à unidade, até receberem, para tal, uma convocação individual. Na parte final do comunicado, a RMN fazia um aviso/apelo que constituía algo de inovador no contexto do processo revolucionário: «Para terminar, o comandante da Região Militar avisa solenemente o povo do Norte de que este se não pode demitir do apoio a estas medidas, que tentam salvar a revolução da anarquia e do caos que poderão criar as condições necessárias ao regresso de uma nova ditadura.»⁽¹⁹⁾ Com esta atitude, Pires Veloso não só lembrava que além de uma ‘disciplina revolucionária’ também poderia haver uma ‘disciplina democrática’, como, sem ter necessidade de o dizer, procurava colocar a seu favor uma certa forma de ‘aliança Povo-Forças Armadas’. Em Lisboa, mesmo entre os militares do *Grupo dos Nove*, o espanto não foi pequeno. Afinal, podia haver comando com firmeza, pelo menos no Portugal fora de Lisboa.

No Porto, a crise reabriu na segunda-feira seguinte, dia 6 de Outubro. Nessa data, com o claro apoio dos SUV, diversos militares de unidades do Norte – alguns deles do CICAP – foram acolhidos noutra unidade da guarnição do Porto – o Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (RASP), em Vila Nova de

17. Diário de Lisboa de 04-10-1975, p. 20.

18. Idem, p. 4.

19. Ibidem.

Gaia –, razão pela qual o conjunto de acontecimentos relacionados com as duas unidades passaria à história como o “caso CICAP-RASP”. Ao fim da tarde do dia 6, foi organizada uma grande manifestação de apoio aos militares concentrados no RASP, a qual, com o apoio dos partidos da FUR⁽²⁰⁾, de algumas organizações da extrema-esquerda marxista-leninista, como a FEC-ML ou a UDP, e do PCP, desfilaram desde a Praça Humberto Delgado até à Rua D. Manuel II, onde se localizava o quartel do CICAP.

Durante a noite de 6 para 7 de Outubro, realizou-se no RASP uma assembleia, no fim da qual foi aprovada uma moção em que se decidia que os militares de outras unidades ali se manteriam, como forma de protesto, até que o CICAP fosse reaberto. Tratava-se, portanto, de um conflito directo com o comando da RMN e o brigadeiro Pires Veloso.

Ao fim da tarde do dia 8, uma manifestação organizada pelo PPD, depois de se haver concentrado na praça Humberto Delgado, percorre as ruas do centro da cidade e termina junto do quartel do RASP, bem próximo do tabuleiro superior da ponte Luís I, numa clara atitude de reprovação da indisciplina dos militares ali recolhidos. O aparecimento de alguns contramanifestantes deu azo a graves confrontos físicos, com arremesso de pedras, que causaram dezenas de feridos. À hora em que decorria a manifestação do PPD junto do RASP, o PCP enviou ao presidente Costa Gomes o seguinte telegrama: «A Direcção da Organização Regional do Norte do PCP chama a atenção de V.Ex.^a infame manifestação contra-revolucionária Partido Popular Democrático transformada em enorme arruaça de criminosos, baleando a matar populares e soldados à volta do RASP. Demonstrando claramente quem altera ordem e disciplina cívica, PPD revela sua face fascista, antidemocrática, anti-socialista. Reclamamos enérgica intervenção V. Exca.»⁽²¹⁾

Só cerca das 5 horas da manhã o local ficou vazio de manifestantes, após a intervenção de forças militares enviadas para o local. Mas tratava-se, unicamente, de uma pausa para reorganização.

O êxito das primeiras manifestações dos SUV no Porto não terá passado despercebido ao Partido Comunista. Ferreira Fernandes⁽²²⁾ e Manuel Resende⁽²³⁾, então oficiais milicianos a prestar serviço na Guarnição do Porto, foram os principais organizadores/fundadores do movimento SUV. Numa entrevista por eles concedida em 2015, afirmava-se: «Se os promotores originais dos SUV rapidamente perceberam que o PCP se apossara do movimento e tinha tomado a sua direcção no Sul e Centro do país – “as manifestações de Coimbra

20. Frente de Unidade Revolucionária – LCI, MES, PRP-BR, LUAR, FSP e MDP/CDE.

21. Diário de Lisboa, 09-10-1975, p. 5.

22. José Ferreira Fernandes é um conhecido jornalista e ex-director do Diário de Notícias.

23. Jornalista do Jornal de Notícias e mais tarde tradutor no Conselho Europeu, além de autor de alguns livros de poemas e de diversas traduções literárias. Faleceu em 2020.

e Évora são já exclusivas do PCP”, diz Ferreira Fernandes –, a situação no Porto era diferente. O partido tinha elementos na Comissão de Luta do RASP – “nós chamávamos-lhes camaradas e eles chamavam-nos amigos”, lembra Manuel Resende –, mas não controlava o movimento. E enquanto durou a ocupação, nas reuniões que Ferreira Fernandes mantinha diariamente à porta do quartel com delegados das várias forças políticas que apoiavam o RASP, o PCP estava igualmente representado. [...] “Ficámos no RASP numa situação de duplo poder”, diz Ferreira Fernandes, numa provável alusão ao período imediatamente anterior à revolução russa de Outubro de 1917, quando o governo provisório e os soviets exerciam o poder em simultâneo.»⁽²⁴⁾

Embora fosse grande a tentação de comparar estas movimentações com a Revolução Bolchevique de Outubro de 1917, era flagrante a ilusão quanto à ‘correlação de forças’ então existente. Sem um líder perfeitamente definido, os rebeldes não estavam em condições de fazer mais do que acções de resistência, numa atitude marcadamente defensiva. Qualquer atitude que se assemelhasse a uma manobra ofensiva estaria, militarmente, condenada ao insucesso. Nesta fase – como haveria de se demonstrar –, estava em curso a transição clausewitziana da política para a guerra, em que a vitória tenderia a sorrir ao mais forte. Com um factor de reforço: o apoio maioritário da população, cansada de uma desordem a que não se acomodava.

Mas este atrito insurreccional, que se ia manifestando um pouco por todo o país, fazia parte do conceito de resistência que a ‘revolução’ decidira opor à construção de uma democracia de tipo ocidental. Segundo o tenente-coronel Arnão Metelo, oficial da esquerda militar, o Directório gonçalvista centrou então o seu objectivo em «neutralizar as unidades, impedindo que estas pudessem fazer o que fizeram no 25 de Novembro, e nesse sentido os SUV faziam parte deste plano e camuflavam uma determinada intervenção que não era anárquica, mas antes pelo contrário, estava organizada e hierarquizada. O nosso objectivo fundamental era quebrar a operacionalidade das unidades adversárias pela acção que desenvolvíamos a partir de elementos de confiança que tínhamos em cada unidade. Mas quanto mais se radicalizava o processo, menor graduação tinham os nossos homens de confiança.»⁽²⁵⁾

No dia 10 de Outubro, um sábado, preparava-se no Porto mais uma demonstração de força das duas correntes políticas em confronto. Por um lado, o Conselho Municipal do Porto convocava para a Praça da Liberdade uma manifestação de apoio aos elementos revolucionários que se encontravam a dirigir a Câmara Municipal. Quase ao mesmo tempo, o PS organizava, a partir da vizinha Praça Humberto Delgado, uma manifestação de apoio ao Governo, ao primeiro-ministro e ao brigadeiro Pires Veloso.

24. Público – Revista 2, 15-11-2015.

25. CERVELLÓ, J. Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, p. 252.

A primeira das duas manifestações arrancaria para o quartel do RASP, gritando, entre outras, as seguintes palavras de ordem: “O CICAP é do Povo, não é do Veloso”, “Casas sim, barracas não”, “Operários, camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos”. Junto ao RASP, os manifestantes foram saudados pelos soldados da unidade e foram lidas diversas mensagens. A manifestação convocada pelo PS, depois de ouvir discursar o secretário-geral Mário Soares, desfilou na direcção do QG/ RMN, onde foi manifestado o apoio do PS ao VI Governo e, no plano militar, ao brigadeiro Pires Veloso. Nessa mesma noite, foi atacada com explosivos a sede da UDP, no centro do Porto, provocando mais um momento de crispação.

Em 14 de Outubro, o CEME, general Carlos Fabião, desloca-se ao Porto, devidamente mandatado pelo Conselho da Revolução, para solucionar o caso CICAP-RASP. Após uma demorada reunião com o comandante do RASP e a comissão de luta nomeada pelos soldados do regimento, sem a presença de Pires Veloso, Fabião falou aos jornalistas, anunciando a abertura de um inquérito aos acontecimentos na unidade de artilharia de Gaia. Relativamente ao CICAP, declararia não poder garantir que a unidade reabrisse no mesmo local, mas que seria reaberta. Expressando-se numa linguagem que já não fazia sentido, no contexto da atitude dominante na RMN, o general Fabião acrescentaria que «o RASP é uma unidade que não teve nenhuma situação de rebeldia. Foi uma unidade que se manteve sempre como mandam as regras, pois o seu comando aqui se manteve e teve os seus oficiais e militares apresentados e também de outras unidades e o seu comandante, tenente-coronel Tomás Ferreira, justifica a presença dos outros militares extra-unidade porque estavam aqui apresentados.»

Era uma descrição bastante ‘cor-de-rosa’ do que se passara, mas Carlos Fabião estava a tentar a quadratura do círculo. Por isso, também não admira que, ao lhe ser perguntado qual a sua opinião acerca dos SUV, o CEME voltasse ao discurso suave, sublinhando: «Os SUV têm uma certa força e temos necessidade deles. Mas, como tudo na sociedade socialista que queremos construir, tem que se estruturar não horizontalmente, mas verticalmente. É um assunto que estudo com interesse, neste momento.»⁽²⁶⁾

Após a saída do CEME das instalações do RASP, os militares ocupantes da unidade, em plenário, resolveram aceitar as propostas de Fabião, as quais, em resumo, incluíam a promessa de reabertura do CICAP, sob a forma da criação de uma unidade revolucionária denominada “Destacamento 25 de Abril”, a reintegração de todos os militares do CICAP, com a legitimação da ausência dos soldados das diferentes unidades presentes no RASP, e a realização de um inquérito para apurar as responsabilidades e apreciar a situação na RMN. Estas propostas foram consideradas como “uma vitória ou pelo menos uma derrota do inimigo, o comandante da Região”. No imediato, a sensação dominante era

26. Diário de Lisboa, 15-10-1975, p. 17.

a de que o general Fabião desautorizara a atitude inabalável de Pires Veloso, ao mesmo tempo que protagonizara uma cedência à indisciplina, imprópria de um chefe militar.

Após a transmissão pela rádio das declarações do general Fabião, várias centenas de pessoas acorreram ao Quartel-General, improvisando uma manifestação de apoio ao brigadeiro Pires Veloso, durante a qual se ouviram palavras de ordem contra os SUV. Parecia que o caso do CICAP/RASP ainda iria ter novos desenvolvimentos, mas a verdade é que o assunto terminara ali – o RASP voltaria à cadeia de comando e o CICAP jamais seria reactivado.

Entretanto, na Força Aérea, percebe-se que está em curso uma transferência de meios de bases do Sul para a base de Cortegaça, no distrito de Aveiro, geograficamente sob a protecção das forças da RMN. Essa decisão do general Moraes e Silva, coordenada com o brigadeiro Pires Veloso, permitirá a constituição de uma base de operações fora das áreas de grande implantação das forças à esquerda do PS. Essa precaução não tarda a revelar-se oportuna, face à rebelião que logo vai ocorrer entre as tropas paraquedistas, essencialmente nas classes de sargentos e praças. Num comunicado dos militares em rotura com o CEMFA, afirmava-se no seu último parágrafo: «Que as companhias de paraquedistas aquarteladas no DGAFA, no Lumiar e na Base aérea 6, Montijo, depois de reestruturados os seus quadros, sejam postas imediatamente sob as ordens do COPCON...»⁽²⁷⁾

Tratava-se de mais uma insubordinação explícita, acompanhada de uma modificação de dependência hierárquica, numa lógica semelhante à que fora usada pelos oficiais da RMN relativamente ao brigadeiro Corvacho. Não tardaria que a 2.ª Divisão do Estado-Maior da Força Aérea viesse anunciar a apresentação de 123 oficiais paraquedistas dissidentes do conjunto dominado pelos sargentos e praças insubordinados. Entretanto, muitos dos principais jornais da capital contribuíam para a criação de uma ilusão sobre o potencial estratégico do que pretendiam constituir um enorme avanço das forças revolucionárias. É certo que a esquerda revolucionária dispunha, ainda, de argumentos fortes para obstaculizar a acção do VI Governo, sobretudo na área de Lisboa. Mas era patente a sua debilidade militar, não só pela qualidade dos meios – onde a ausência de cobertura aérea era marcante –, como também pela ausência de uma imprescindível ‘unidade de comando’. O PCP deve ter tido a nítida noção desta debilidade, porque não lhe era estranha a ideia de *disciplina*, sem mais adjectivos. Num texto de 1976, mesmo sem fazer *mea culpa*, Álvaro Cunhal viria a escrever esta eloquente passagem: «Quando o PCP insistia na necessidade de evitar roturas no MFA, na necessidade de uma reaproximação com o “grupo dos Nove”, certos radicalistas acusavam o Partido de oportunista e afirmavam que para a crise só havia uma solução de força, uma solução militar. Entretanto, na previsão dessa “solução militar”, não fizeram senão criar

27. Diário de Lisboa, 11-11-1975, p. 20.

um ambiente de desorganização, indisciplina e impreparação nas unidades que controlavam. Alguns dos seus planos e iniciativas para a “tomada do poder” são dignos de ópera cómica. [...] Mais tarde, no momento culminante da crise, em algumas unidades, os esquerdistas gritavam que “combateriam até à morte”. Mas logo a seguir se safavam sem disparar um tiro. Não era gente desta que poderia dar à crise uma “solução militar”.»⁽²⁸⁾

O episódio seguinte, da já então designada “Comuna de Lisboa”, desencadear-se-ia, em 12 de Novembro, em torno da greve da construção civil. A movimentação de milhares de manifestantes acabaria por pôr cerco ao Palácio de S. Bento e manter sob sequestro o Primeiro-Ministro e os deputados da Assembleia Constituinte, durante 36 horas. A segurança existente na RMN começa a sugerir o seu território como possível refúgio dos titulares de órgãos de soberania. A hipótese de transferência da Assembleia Constituinte para o Porto é seriamente considerada.

Da parte dos militares afectos ao Grupo dos Nove, para além da hipótese do auxílio do Norte, havia alguma esperança no condicionamento do general Otelo. Assim, surge na imprensa de 17 de Novembro a notícia da possibilidade de Vasco Lourenço assumir o comando da Região Militar de Lisboa (RML), substituindo o general Otelo. Quando a notícia parece confirmar-se, um elevado número de comandantes de unidades da RML faz saber a Otelo que não aceitam a nomeação de Vasco Lourenço para o substituir. Costa Gomes pretende insistir na nomeação de Vasco Lourenço, colocando o assunto em discussão na reunião de 24 de Novembro. Nessa ocasião, Vasco Lourenço declara que aceitará o cargo sem colocar condições. De facto, pouco depois, era confirmada a sua nomeação como comandante da RML.

25 de Novembro de 1975

Pouco depois das 4 horas da madrugada de 25 de Novembro, o CR emitia um comunicado, no qual se informava: «Ouvindo o Conselho da Revolução, decidiu manter a nomeação do Sr. capitão Vasco Correia Lourenço para comandante da Região Militar de Lisboa, conforme decisão da reunião de 20 de Novembro do CR.»⁽²⁹⁾ O Grupo Militar que apoiava os “Nove” activa, então, o seu Posto de Comando, no Regimento de Comandos, para estar em condições de responder, em termos operacionais, à provável reacção das unidades afectas à esquerda militar e ao COPCON.

Cerca das 5 horas, uma força da Escola Prática de Administração Militar, unidade afectada à esquerda militar, ocupava as instalações da RTP. Se não era um golpe militar ... parecia. Da parte das forças em rebelião, houve a manifesta

28. CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro*, p. 160. Sublinhados nossos.

29. *Diário de Lisboa*, 25-11-1975, p. 5.

intenção de demonstrar que estavam “a agir”, fornecendo, com as suas atitudes, alguns elementos passíveis de serem entendidos como fazendo parte de um golpe planeado. Depois de se terem apoderado da RTP, ocuparam igualmente a Emissora Nacional. Na televisão, apareceria o capitão Duran Clemente e alguns paraquedistas, anunciando os objectivos da revolta e demitindo, revolucionariamente, os conselheiros da revolução afectos ao Grupo dos Nove.

Também do ponto de vista televisivo se verificou uma intervenção relacionada com os estúdios da RTP no Porto. A norte do emissor da Lousã, através dos estúdios do Porto, estava no ar um filme com o actor Danny Kaye, “O Homem do Diner’s Club”. A sul deste emissor, a RTP, a única televisão então existente no país, transmitia desde o princípio da tarde uma emissão dirigida por Duran Clemente. “Estão a dizer-me que não posso falar por razões de ordem técnica, é isso?”, perguntou Duran Clemente olhando directamente para a câmara. Foram as suas últimas palavras antes de a emissão ter sido comutada no sul do país para os estúdios do Porto, com a comédia de Danny Kaye.⁽³⁰⁾

Enquanto na área de Lisboa era declarado o estado de sítio e se iniciavam as operações militares que iriam conduzir à submissão das unidades rebeldes, os acontecimentos eram seguidos, no Norte, com a expectativa de ter de acorrer à capital com unidades de reforço. Esse reforço iria ser feito, por tempo limitado, iniciando-se o progressivo retorno à normalidade. Ficava, para os dois anos seguintes, a imagem de Pires Veloso como figura saliente dos últimos meses do período de transição, granjeando mesmo, através dos Órgãos de Comunicação Social, a sugestiva designação de “vice-rei do Norte”.

30. Expresso, 30-11-2010 <https://expresso.pt/actualidade/rtp-g3-na-barriga-tirou-duran-do-ar=f618338>

DAVID MARTELO

Coronel de infantaria (reformado), autor de diversas obras de História Militar e tradutor de figuras famosas como Tucídides, Maquiavel, Garibaldi, Jomini e Mussolini. É o administrador do blogue de História Militar “A Bigorna”, em www.a-bigorna.pt.



Como citar este texto:

MARTELO, David – 1975 - De Julho a Novembro, na Região Militar do Norte – Dossier: Da Retirada Militar do Ultramar ao 25 de Novembro de 1975. [Em linha] Ano V, nº 9 (2025); [https://doi.org/ 10.56092/WQUZ5661](https://doi.org/10.56092/WQUZ5661) [Consultado em ...]